



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL**

Praça Pio X, 260 - Caixa Postal 11 - Centro  
Fone/Fax: (43) 3626-1490 - CNPJ nº. 76.408.061/0001-54  
E-mail - prefeitura@jundiadosul.pr.gov.br



**TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA**  
**INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO Nº. 001/2014.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA (TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA)** que entre si celebram, de um lado, **MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL** - Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, CGC 76.408.061/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, situada na Praça Pio X, 260, nesta cidade, representado pelo Prefeito do Município de Jundiá do Sul/PR, Sr. Marcio Leandro da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e, de outro lado, **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE JUNDIAÍ DO SUL - APMI** - entidade assistencial com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 78.597.705/0001-25, sede na Rua São Francisco, nº. 75 Jundiá do Sul (PR), representada por seu presidente Tiago Barbosa Tironi, brasileiro, casado, maior e capaz, portador do RG. Nº. 9228926-5 SSP/PR e do CPF/MF Nº. 054.770.589-19, residente e domiciliado na Rua Carlos Gomes, s/nº, Centro, nesta cidade de Jundiá do Sul (PR), considerando as **circunstâncias** e condições seguintes:

**1. Exposição:**

A APMI é entidade prestadora de assistência social no âmbito do Município de Jundiá do Sul, cumprindo um papel significativo no atendimento objetivando a PROTEÇÃO MATERNO-INFANTIL, envolvendo centenas de crianças e famílias menos favorecidas, desenvolvendo uma série de projetos, dando atendimento a diversas famílias, reconhecida como de utilidade pública e que tem prestado relevantes serviços à comunidade Jundiáense.

Através dessa parceria, com o empreendimento de esforços mútuos, a Administração Pública do Município de Jundiá do Sul e a APMI, já ao longo de vários anos, vêm tentando extirpar, de vez, o problema social envolvendo famílias de baixa renda e menores provenientes deste seguimento da sociedade, com resultados satisfatórios, conseguindo sensível diminuição, de crianças nas ruas sem atividade escolar ou educativa, a mortalidade infantil e materno-parto encontra-se reduzida a nível "zero", as endemias urbanas e rurais estão erradicadas e a população pode desfrutar de um atendimento singular nessa área assistencial.

Expostos os motivos embaixadores da presente cooperação, instrumentada na conformidade da **Resolução nº. 28/2011 e Instrução Normativa nº. 61/2011, do Tribunal de Contas do Paraná, Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Orçamentária Anual para 2014, sob nº. 456 de 17 de dezembro de 2013, Lei específica nº. 455/2013, Lei Complementar 101/2000 e Lei 4.320/64, passa-se às suas cláusulas.**

→ logo ↲



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

Praça Pio X, 260 - Caixa Postal 11 - Centro  
Fone/Fax: (43) 3626-1490 - CNPJ nº. 76.408.061/0001-54  
E-mail - prefeitura@jundiaidosul.pr.gov.br



### 2. Cláusula:

**PRIMEIRA:** O Objeto desta cooperação é a transferência de recursos pelo Município de Jundiá do Sul à conveniente A.P.M.I, para atender despesas com atividades insitas da sua disposição estatutária e constantes em Plano de Trabalho.

**SEGUNDA:** Integra este instrumento, como **ANEXO I**, o **PLANO DE TRABALHO** para o exercício de 2014, aprovado em **13/02/2014**, pelo concedente e pela UGT de Jundiá do Sul após criteriosa análise da documentação, obedecendo ainda o disposto no artigo 116 da Lei 8.666/93.

**TERCEIRA:** O Valor global desta cooperação com o conveniente, para o exercício de 2014, é de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, conforme disposto no Plano de Aplicação, mediante depósitos mensais, pela concedente, de fevereiro a dezembro de 2014, conforme valores especificados no Plano de Aplicação, em conta corrente bancária específica do conveniente para atender a esta transferência voluntária, ficando isento de contrapartida por atender ao interesse Público Municipal, na área social, no atendimento as famílias carentes do Município.

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CON C		3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,36	3.636,40
CONV												

§ 1º. - O Município de Jundiá do Sul obriga-se no repasse mensal dos valores aqui obrigados, dentro de cada mês, obedecendo ao cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, sendo que os recursos para atender esta transferência voluntária decorrem da previsão orçamentária disposta na **LOA nº. 456/2013** e na dotação específica quanto à classificação econômica da despesa, número e data da nota de empenho, conforme nomenclatura a seguir:

#### **14-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

##### **01- GABINETE DO DIRETOR**

##### **08.244.0024.1190 – TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFANCIA - APMI**

– 3.3.50.43.00.00 – 0 – 0 – 000 – Subvenções Sociais

§ 2º. - Caso a entidade não esteja em dia com suas obrigações, constantes com a legislação em vigor, não serão feito o repasse no prazo acima mencionado, ficando o valor do repasse retido até a regularização de eventuais pendências.

§ 3º: Em caso de atraso no repasse dos valores pelo Município de Jundiá do Sul, sem uma plausível justificativa, este será penalizado com uma multa de 5% (cinco) por cento do valor da parcela, a qual será incorporada na liberação seguinte.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

Praça Pio X, 260 - Caixa Postal 11 - Centro  
Fone/Fax: (43) 3626-1490 - CNPJ nº. 76.408.061/0001-54  
E-mail - prefeitura@jundiadosul.pr.gov.br



§ 4º: Por sua vez o conveniente se compromete aplicar os recursos em estreita obediência com o PLANO DE TRABALHO e sujeitar-se à fiscalização exercida pelo Município, pela U.G.T. e pelo Sistema de Controle Interno, sujeitando-se ainda a todas as imposições da **Resolução nº. 28/2011** e **Instrução Normativa nº. 61/2011** do Tribunal de Contas do Paraná.

§ 5º: O conveniente, através desta cooperação e em face das transferências voluntárias que o CONCEDENTE lhe faz, deverá aplicar, para a aquisição de bens e serviços, o que dispõe a **Lei 8.666/93 (federal)** e a **Lei 15.117/06 (estadual)**, bem como, reservar obediência aos princípios da administração pública dispostos no artigo 37 e §§, da Constituição Federal, notadamente em relação à contratação de pessoal, quando for o caso.

§ 6º: **O conveniente não poderá utilizar os recursos transferidos em pagamento de:**

- I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado, integrante de quadro de pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- III – pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
- IV – aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo termo, ainda que em caráter de emergência;
- V – **realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;**
- VI – atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- VII – pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa do agente da entidade tomadora dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais;
- VIII – realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- IX – repasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do ato de transferência; transferência de recursos a terceiros que não figurem como participantes do termo de transferência;
- X – transferências de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- XI – a transferência de recursos a título de contribuição, auxílio ou subvenção social a instituições privadas com fins lucrativos e a instituições privadas sem fins lucrativos não declarados de utilidade pública.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

Praça Pio X, 260 - Caixa Postal 11 - Centro  
Fone/Fax: (43) 3626-1490 - CNPJ nº. 76.408.061/0001-54  
E-mail – prefeitura@jundiadosul.pr.gov.br



XII – transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

a) membros do Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau.

b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

**Parágrafo único.** Os recursos públicos deverão ser repassados diretamente a entidade executora do objeto do termo de transferência, sendo vedado o repasse intermediado por órgãos ou agentes públicos ou não.

**QUARTA:** O presente Termo de Cooperação financeira tem sua vigência iniciando em **18/02/2014** e encerrando em **31/12/2014**, no que tange a execução do presente termo e despesas, devendo seu extrato ser publicado no órgão de imprensa oficial do município.

**QUINTA:** O concedente dos recursos e o respectivo tomador deverão atualizar as informações no SIT e encaminhar a Prestação de Contas na forma e nos prazos fixados no Artigo 18 da Instrução Normativa 61/2011.

**SEXTA:** Os bens duráveis adquiridos pela convenente com recursos destas transferências a ela ficarão pertencendo e, em caso de dissolução a eles será dado destino conforme dispor a regência estatutária da entidade.

**SÉTIMA:** Qualquer das partes poderá denunciar este termo de cooperação para rescindi-lo, sujeitando, porém, à prestação de contas até o período que vigorar e, se a denúncia for do concedente, este deverá fazê-lo com antecedência mínima de 60 (sessenta dias), respeitando ainda eventuais compromissos assumidos pela entidade.

**OITAVA:** A convenente deverá manter-se sempre regular com suas obrigações fiscais, sociais e tributárias, de forma a possibilitar a obtenção de certidões negativas, bem como, ter da Unidade Gestora de Transferências (U.G.T) o competente parecer favorável da execução do Plano de Trabalho.

**NONA:** A Prestação de Contas dos recursos repassados deverá se elaborado pela entidade atendendo a regulamentação do Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a Resolução 28/2011 e a Instrução Normativa nº. 61/2011 – TC/PR.

**DÉCIMA:** A administração e execução do Plano de Trabalho, pelo convenente será de sua inteira responsabilidade, sujeitando-se à fiscalização exercidas pelo Tribunal de Contas, pelo concedente, através da UGT do município, pelo fiscal responsável

 Liago





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL**

Praça Pio X, 260 - Caixa Postal 11 - Centro  
Fone/Fax:(43) 3626-1490 - CNPJ nº. 76.408.061/0001-54  
E-mail – prefeitura@jundiadosul.pr.gov.br



indicado no Termo de Transferência, pelo Sistema de Controle Interno e pelo tomador dos recursos, por meio de sua UGT, nos termos da Resolução nº. 28/2011 e Instrução Normativa 61/2011 – TCE/PR.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica como responsável pela fiscalização da transferência a servidora efetiva **CASSIA REGINA PAIVA**, a qual deverá emitir relatórios de inspeções ou visitas in loco e a emissão de certificados ou relatórios.

**DÉCIMA PRIMEIRA:** É vedada a prestação remunerada de serviços à conveniente por servidores da concedente.

**DÉCIMA SEGUNDA:** A presente transferência voluntária, nos termos deste termo cooperativo, tem aprovação legislativa através da **Lei Municipal Específica nº. 455/2013**, com estreita observância do disposto no artigo 26 da LC 101/2000; artigo 15 "caput" e § único e artigo 16, da Lei 4.320/64 e Resolução nº. 28/2011 e Instrução Normativa nº. 61/2011 do TCE/PR.

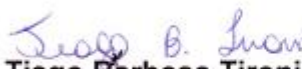
**DÉCIMA TERCEIRA:** Comparece como anuente neste instrumento de convênio de transferência voluntária a Unidade Gestora de Transferências (UGT) de Jundiá do Sul, atestando que a conveniente preenche todos os requisitos da **Resolução nº. 28/2011 e Instrução Normativa nº. 61/2011** - Tribunal de Contas do Paraná.

**DÉCIMA QUARTA:** Elegem o foro da comarca de Ribeirão do Pinhal (PR) para dirimir eventuais dúvidas originárias deste termo.


Assim, por estarem justos e assentidos naquilo que representa a vontade das partes, na presença de duas testemunhas, que assinam, que reduzem a termo, o instrumento em duas vias de igual teor e para um só efeito, depois de lido e de tudo achado conforme.

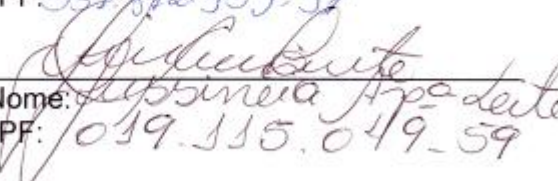
Jundiá do Sul (PR), em 13 de fevereiro de 2014.

  
**Marcio Leandro da Silva**  
Prefeito Municipal

  
**Tiago Barbosa Tironi**  
Presidente APMI

**Testemunhas:**

  
Nome: **Edair R. Forinica**  
CPF: **554.812.359-91**

  
Nome: **Fabiana Aparecida**  
CPF: **019.115.049-59**



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

Praça Pio X, 260 - Caixa Postal 11 - Centro  
Fone/Fax: (43) 3626-1490 - CNPJ nº. 76.408.061/0001-54  
E-mail - prefeitura@jundiadosul.pr.gov.br



### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL/PR EXTRATO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Nº. 001/2014.

**CONVENENTES:** Município de Jundiá do Sul/PR, com sede à Rua Anchieta nº. 260, Praça Pio X, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 76.408.061/0001-54 e a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Jundiá do Sul/PR, com sede na Rua São Francisco, nº. 75 inscrita no CNPJ/MF sob. Nº.78.597.705/0001-25.

**OBJETO:** Transferência de recursos para atender despesas com atividades insitas no Plano de Trabalho visando ao atendimento à maternidade à infância em geral, Pessoa Portadora de Deficiência - PPD e as famílias menos favorecidas.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**14-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**01- GABINETE DO DIRETOR**

**08.244.0024.1190 – TERMO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFANCIA - APMI**

– 3.3.50.43.00.00 – 0 – 0 – 000 – Subvenções Sociais

**VALOR GLOBAL:** R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), transferido pelo Município mediante depósitos mensais.

**VIGÊNCIA:** 18/02/2014 à 31/12/2014.

**FORO:** Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiá do Sul, 13 de fevereiro de 2014.

**Marcio Leandro da Silva**  
Prefeito Municipal